

O Banco Central e os juros altos

As taxas de juros no Brasil são consideradas por muitos observadores informados como sendo extremamente elevadas, em termos reais, isto é, descontada a inflação. Talvez as mais altas do mundo. Esta situação cria uma série de problemas. Em primeiro lugar, reduz o crescimento do país, pois inibe o investimento e diminui a competitividade das empresas brasileiras que só têm acesso ao crédito doméstico. E também aumenta os gastos do governo com os juros pagos sobre a sua dívida interna, diminuindo assim os recursos disponíveis para investimentos do setor público e gastos sociais. Finalmente, as altas taxas de juros devem ser um importante fator de concentração de renda, pois a remuneração do capital financeiro das pessoas mais ricas, com disponibilidade de caixa, é muito elevada.

O gráfico ilustra a evolução recente das taxas de juros reais no Brasil, usando dois métodos: a taxa de juros Selic menos a taxa de inflação nos 12 meses anteriores, e a taxa de juros Selic menos a taxa de inflação dos 12 meses subsequentes. Pode-se observar que, embora tenha havido uma redução em 2003 e 2004, o valor da taxa real continua bastante elevado. Algumas comparações internacio-



A.C. Porto Gonçalves

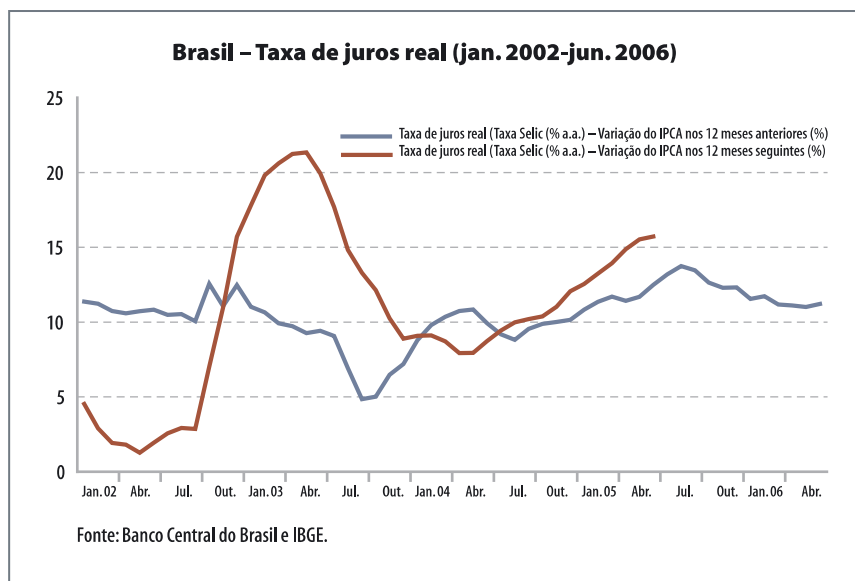
Professor da FGV

nais sugerem que os juros reais básicos das economias emergentes se situam na faixa de 2% a 5% ao ano, menos da metade do brasileiro.

Na verdade, as taxas de juros elevadas no Brasil já provocaram até mesmo medidas “desesperadas”, como a colocação de um limite máximo de juros na Constituição de 1988. E tem se tornado também objeto de intensa crítica por parte dos candidatos à Presidência da República, em outubro próximo. Todos falam que os juros são de fato altos e que vão reduzi-los se chegarem (ou se mantiverem) ao poder.

Causas — Nestas circunstâncias cumpre examinar porque os juros reais são

elevados no Brasil. Quais as causas? Há variadas explicações para o assunto, tais como: o poder político e monopólico dos bancos, os impostos elevados, os riscos de toda a ordem para os credores, que devem ser compensados, a escassez de poupança doméstica, o governo com dívida e déficit orçamentário elevado e que, portanto, é forte demandador de empréstimos para a rolagem de sua dívida e financiamento de seu déficit, e assim por diante. Qual é precisamente a principal causa, ou as principais causas dos juros altos é um assunto complexo e de solução ainda não determinada. Mas cabe aqui analisar uma das sugestões, que não foi listada acima, mas que é citada freqüentemente: a atuação independente e conservadora do Banco Central, o qual, alguns acrescentam, teria sido “capturado” politicamente pelo sistema financeiro para manter os juros altos. Tal afirmativa é errônea e, mais do que isto, perigosa para o Brasil, pois ela parte do pressuposto que o Banco Central estabelece a taxa de juros do país. Se o sistema financeiro controla politicamente o Banco Central ou não, esta é uma questão bastante espinhosa. Mas o fato é que o Bacen não determina as taxas de juros do país, dominado ou



não. Infelizmente, as aparências sugerem o contrário. A cada 40 dias, aproximadamente, há uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, na qual decide e anuncia, para todos os meios de comunicação e para o público em geral, qual a nova taxa de juros Selic. Assim, um observador menos informado passa a ter certeza de que o Banco Central determina os juros.

Mas as coisas não são tão óbvias assim. Na realidade um banco central independente tem como objetivo estabilizar a economia, ou seja, através da política monetária controlar o nível de demanda agregada para que este não ultrapasse a capacidade de produção do país — isto é, o chamado PIB potencial. Se a demanda for excessiva em relação à capacidade de produção da economia — ou seja, à capacidade das fábricas, dos campos agriculturáveis, da infra-estrutura de transporte, energética, etc —, a situação simplesmente não é sustentável. Fatalmente haverá uma aceleração da inflação e, posteriormente, uma redução da demanda e da produção a níveis compatíveis com o PIB potencial. Evitar que haja este tipo de flutuação excessiva da produção e da inflação é a tarefa básica

O Banco Central não “produz” juros elevados, mas ao cumprir sua meta básica de estabilização, a taxa que resulta é muito alta

de um banco central independente — o qual pode errar, diga-se de passagem, sendo liberal ou conservador demais no seu gerenciamento da demanda (foi o que aconteceu em 2005).

Estabilidade — Enfim, o Banco Central do Brasil, como o de outros países onde é independente, procura estabilizar a economia, e inúmeros estudos mostram que tal postura é favorável a mais investimentos e à formação de capacidade de produção, permitindo um maior crescimento futuro da demanda e do PIB. Acontece que, no Brasil, ao gerenciar a política monetária de modo a fazer com que a demanda coincida com a capaci-

dade de produção, estabilizando a economia, o Banco Central encontra, a pleno emprego, uma taxa de juros real muito elevada. Ele não “produz” juros elevados, mas ao cumprir sua meta básica de estabilização, a taxa que resulta é muito alta. Quando a economia brasileira está equilibrada, a taxa de juros é elevada. A questão, portanto, é saber porque, e aí voltamos à lista de possibilidades apresentada anteriormente. Quais os fatores que fazem com que seja alta? Esta é a questão. E o Banco Central, poderia reduzir mais os juros? Sim, poderia, a curto prazo, mas à custa de eventualmente desestabilizar a economia e, no futuro, enfrentar taxas de juros de equilíbrio ainda mais elevadas.

Nada impede que se identifique, com cuidado, as possíveis razões dos altos juros reais de equilíbrio no Brasil, tomando então as providências necessárias. Mas o “ataque” ao Banco Central, como sendo a entidade que promove os juros elevados, é equivocado e pode ter conseqüências importantes, entre as quais a extinção da sua independência e a eventual desestabilização inflacionária (e da taxa de juros) da economia brasileira. Seria um retrocesso importante. ■

A teoria da conspiração

O fracasso da seleção brasileira produziu um bom número de hipóteses tentando explicar a maior humilhação do nosso time na história das copas do mundo. A hipótese mais pitoresca era a da teoria da conspiração. De acordo com esta teoria, tudo estava preparado para que a Alemanha ganhasse a copa. A derrota da Alemanha contra a Itália mostrou que esta hipótese não tinha sustentação nos fatos, levando o João Ubaldo Ribeiro, um defensor da mesma, a reconhecer no dia seguinte, que tinha quebrado a cara.

A teoria da conspiração é bastante popular no Brasil e tem sido muito usada para “explicar” alguns fenômenos econômicos. Esta teoria atribui, em geral, a alguma organização externa ou interna, ou a algum tipo de complô, as origens dos nossos problemas. Esta teoria é bastante confortável porque nos exime de qualquer responsabilidade na solução dos problemas.

A esquerda brasileira usou durante muito tempo o refrão “fora o FMI” para identificar aquela instituição como a causa de nossas crises de balanço de pagamentos. Ao invés de procurar-se um bode expiatório, seria mais adequado buscar os verdadeiros responsáveis pelas políticas macroeconômicas que levaram o país a gastar muito mais do que seria recomendável, acumulando dívida externa, e levando a uma situação que necessitava um avalista externo para convencer nossos credores que honraríamos os compromissos assumidos.

O FMI, na verdade, era a ambulância que chegava na porta da casa do paciente, acometido de doenças provocadas pela incompetência das políticas domésticas. Confundia-se um membro da equipe médica com a causa da doença. A ambulância poderia até ser portadora de alguma infecção hospitalar, mas o grito



Fernando de Holanda Barbosa

Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV

“fora o FMI” não contemplava esta opção. O tripé da política macroeconômica, superávit primário, câmbio flexível e regime de metas de inflação, adotado no segundo mandato do presidente FHC e seguido pelo presidente Lula, tornou dispensável o FMI, mostrando que a teoria da conspiração não tinha sustentação nos fatos. Isto é, o FMI só aparece quando não se faz direito o dever de casa.

Num outro caso da teoria da conspiração o Banco Central tem sido acusado de impedir o crescimento da economia brasileira com sua política de juros altos. De acordo com esta hipótese, bastaria o Banco Central reduzir a taxa de juros para que o milagre do crescimento econômico ocorresse. Infelizmente, a ignorância está ao alcance de todos. Basta, neste caso, que não se conheça a teoria e a política monetária adotadas pela maioria dos bancos centrais do mundo, o FED norte-americano, o Eurobank da zona do euro, os Bancos Centrais da Inglaterra, do Japão, da Austrália, da Nova Zelândia, do Canadá, da Suíça, e muitos outros.

A teoria monetária usada hoje em dia, na inexistência de uma alternativa melhor, é de que no longo prazo a política monetária determina apenas a taxa de inflação, e no curto prazo contribui para a estabilização do nível de produto e emprego da economia. No Brasil usou-se até 1994 a política monetária para emitir moeda e financiar o estado. Desde o Plano Real que o Banco Central tem como objetivo o controle da inflação. O sucesso atual do regime de metas, implementado em 1999, depois do colapso do regime de câmbio administrado, com a taxa anual convergindo para a meta estabelecida, mostra novamente que a teoria da conspiração não tem sustentação nos fatos.

E o crescimento econômico? Como fazer para retomar a taxa de 7% ao ano do nosso período áureo? O vexame dos últimos 25 anos é comparável ao do time de Parreira, que, como técnico, é responsável por aquele futebol de time de várzea. Por analogia, os presidentes do Brasil e seus Ministros das áreas econômicas desde o início da década de 1980 são responsáveis pela incapacidade de diagnosticar e remover as causas que impedem o aumento da taxa de crescimento da economia brasileira. A raiz do problema é a crise fiscal do estado que usa poupança privada para financiar gastos correntes. A miopia de curto prazo, dos governantes do dia, ao satisfazer as pressões dos grupos organizados, impede que o país cresça. O Banco Central não tem nada a ver com isto.

No futebol como na economia, ou em qualquer outra atividade humana, é importante que exista um responsável com a obrigação de prestar contas pelos seus atos. Mas substituir o Parreira por outro não vai impedir que a experiência da Copa de 2006 não se repita. O Brasil tem crescido a uma taxa pífia nos últimos 25 anos. ■

Inflação de 4,5% é muito, mas pode ser pouco

Como reza o Decreto 3.088, de junho de 1999, que criou o sistema de Metas de Inflação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) se reuniu em junho último para delimitar as metas a serem perseguidas nos próximos dois anos, fixadas em 4,5% para o biênio 2007/08.

Ao contrário das oito reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) ao longo do ano (12 reuniões, até 2005), sempre noticiadas com alarde pela imprensa, a reunião para a decisão sobre as taxas a vigor em 2007 e 2008 gerou apenas um registro supérfluo por parte da mídia. Tal assimetria de comportamento causa espécie. Isto porque, uma vez fixadas as metas, será obrigação legal do Banco Central persegui-las, usando para isto o juro, único instrumento do qual dispõe. Isto posto, qualquer discussão posterior sobre o juro será sobre o efeito, e não a respeito da causa. O debate público e político deveria ser centrado nestas decisões tomadas em junho de cada ano. O que vem depois, e costuma gerar tanto alarde, é a conseqüente parte legal, a técnica.



Rubens Penha Cysne*

Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV

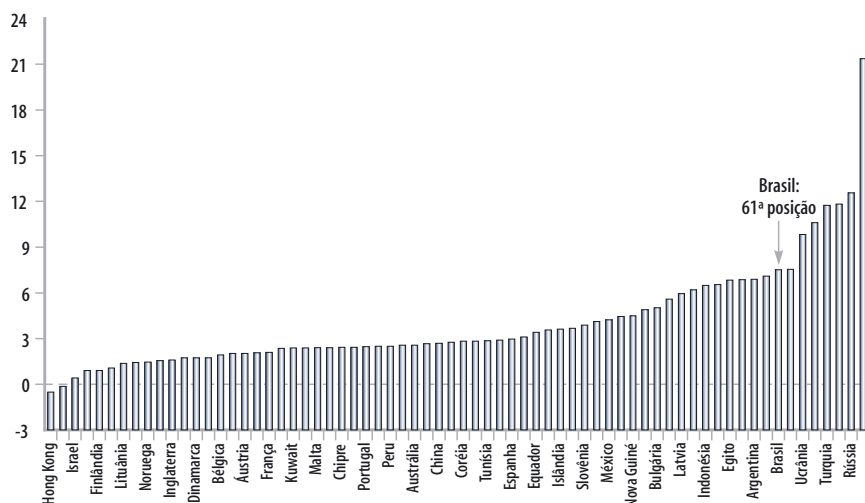
A assimetria no tocante à discussão pública ocorre por falta de conhecimento de como opera o Sistema de Metas, mas também porque o Decreto 3.088 contém uma imperfeição: tornar a decisão das metas função do Conselho Monetário, que inclui o Banco Central, e não apenas do Ministro da Fazenda. Isto impede uma fundamental discussão pública que deveria substituir em boa parte todo o debate posterior sobre as taxas do Copom: a contenda que deveria haver, entre o Banco Central e a Fazenda, da consistência macroeconômica das metas. A importância

de tal discussão é gerar suporte cultural e político sobre a necessidade de contenção de gastos (condição necessária, ainda que não suficiente). Exportadores, em particular, teriam mais chance de entender, com tais debates, que juros e câmbio são apenas os termômetros da febre fiscal, não valendo à pena assestar suas baterias contra a determinação de tais preços.

Papel duplo — Em um mundo ideal, o Banco Central receberia do Ministério da Fazenda a atribuição de atingir certa meta de inflação, mas poderia questionar publicamente o ministro acerca da condução de uma política fiscal que tornaria tais metas consistentes do ponto de vista macroeconômico. Isto não ocorre, por participar também o Banco Central da fixação de Metas, assumindo ao mesmo tempo o papel de Legislativo e Executivo. E também em função de sua não-independência como instituição nas únicas situações (de conflito) em que tal independência se faz importante.

No modelo atual, correm-se três tipos de risco: primeiro, que as metas sejam

Inflação (68 países, média 2003-2005)



A manutenção da relação dívida pública sobre produto exige hoje em dia um superávit em torno de 4,1% do PIB

boas para a inflação, mas ruins para o país; segundo, que o juro necessário à consecução das metas, aliado a um sistema de câmbio flutuante, seja um veículo acelerador do processo de troca de demanda boa (exportações) por demanda ruim (custeio da máquina pública); e terceiro, que a partir de um certo ponto, uma trajetória explosiva para a razão dívida líquida/PIB passe a não mais permitir uma possível necessidade de subida dos juros para conter a inflação.

Tais pontos nos remetem ao título deste artigo. Do ponto de vista de uma economia desindexada onde, em particular, taxam-se juros e variações patrimoniais sem correção pela inflação, uma inflação de 4,5% é demasiado elevada. Introduzem distorções fiscais significativas contra a poupança e contra o investimento, os motores do crescimento.

Adicionalmente, como os meios de pagamento (a base de arrecadação das transferências inflacionárias) são muito mais elevados hoje em dia (tomados em relação ao PIB) do que nos tempos de alta inflação, as transferências inflacionárias totais pagas pelo restante da economia aos bancos autorizados a receber depósitos à vista e ao Banco Central são significativas. Com um saldo de M1 (meios de pagamento) de R\$ 131 bilhões, como fechou maio de 2006, uma inflação de 4,5% ao ano leva as transferências inflacionárias (não confundir com

lucros¹) para o sistema bancário da ordem de R\$ 5,5 bilhões, quantia significativa.

Abaixo, apresentamos a inflação ocorrida entre 2003 e 2005 em 68 países selecionados. Observa-se que o Brasil ocupa a 61ª posição. A mediana da amostra é de apenas 2,8%, enquanto o Brasil apresenta o valor de 7,52% ao ano.

Bom e ruim — Se as metas de inflação de 4,5% para 2007 e 2008 são muito elevadas, como podem elas ser também baixas, como sugere o título deste artigo? A resposta é simples, e apela para o arrazoado feito anteriormente: na ausência de discussão fiscal que as torne consistentes com o restante da evolução da economia, as metas podem ser boas para a inflação, mas ruins (ou não factíveis) para o país. É neste sentido (de factibilidade e consistência) que elas são também baixas.

A manutenção da relação dívida pública sobre produto exige hoje em dia um superávit em torno de 4,1% do PIB, número que se obtém multiplicando-se a relação Dívida/PIB atual (0,517) pela diferença entre a taxa de juros real e a taxa de crescimento do produto real (0,08). O problema com este equilíbrio é a grande vulnerabilidade a choques, sejam externos ou internos.

Suponha, por exemplo, uma súbita corrida contra o dólar (devido ao elevado déficit em conta corrente dos Estados Unidos, hoje da ordem de US\$ 800 bilhões). Isto implicaria a necessidade

de o Federal Reserve elevar as taxas de juros. Num passo subsequente, o preço do dólar no Brasil subiria (pela redução do fluxo de capitais), ao mesmo tempo em que a recessão no resto do mundo reduziria nossas exportações, tanto no preço quanto na quantidade. Tais pontos implicariam, internamente, em queda da produção e aumento dos preços.

Tanto a tentativa de conter os efeitos do choque sobre a inflação, via aumento de juros, quanto à redução interna do nível de atividade, pressionariam rapidamente a velocidade de aumento do coeficiente dívida líquida sobre as receitas públicas. A partir de certo ponto, a política de metas de inflação se tornaria inviável, tendo-se que apelar para a receita inflacionária. Os 4,5% projetados para 2007 e 2008 tenderiam a situar-se abaixo da elevação efetiva dos preços, fato que representaria um grande custo social para o país.

Evidentemente, este exemplo trata apenas de uma possibilidade, não de uma fatalidade. Cabe mostrar que sabemos reagir às possibilidades de infortúnio antes que estes se materializem. ■

¹Tratam-se, as transferências inflacionárias, dos juros reais compulsoriamente pagos pelo restante da economia ao sistema bancário, por ter que utilizar a moeda nacional para saldar suas operações.

O IVA em crise

Nenhuma reforma é tão consensual, quanto à sua necessidade, como a tributária. Porém, ela tem gerado uma enorme frustração dada à incapacidade de se levar adiante um projeto viável.

É compreensível que mudar um aspecto estrutural da economia envolve inúmeros e poderosos interesses. O sistema tributário compreende questões relacionadas à distribuição da renda e da carga setorial de impostos. Há ainda conflitos quanto à apropriação da renda entre os agentes públicos e privados e ao rateio do bolo arrecadado entre os entes federados.

Nesse ambiente, onde convivem reivindicações e conflitos latentes, era de esperar que as propostas de reforma tributária refletissem tal diversidade de opiniões, e possibilitassem uma discussão rica de alternativas a serem consideradas. Infelizmente não é o que ocorre.

Os diagnósticos são repetitivos e as soluções apresentadas são genéricas em seu conteúdo. Baseiam-se, quase que invariavelmente, no que meu saudoso mestre John Kenneth Galbraith chamou de *conventional wisdom*. São propostas corriqueiras, enlatadas, e distantes da realidade fática do Brasil real. Utilizam-se de paradigmas ultrapassados que acirram os conflitos, e impedem o progresso no debate sobre a questão. Estimulam as reivindicações vazias, encapsuladas em “verdades” impostas de forma arrogante, e assim desestimulam a análise crítica de sua praticidade e funcionalidade.

Cabe destacar duas propostas de reforma apresentadas recentemente. Uma



Marcos Cintra

Professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas

pela Fecomercio e outra no Congresso da Indústria, evento patrocinado pela Fiesp e realizado nos dias 25 e 26 de maio últimos.

Propostas — A Fecomercio propõe uma reforma tributária em duas etapas. A primeira unificaria o ICMS, o IPI, o ISS, o PIS/Pasep, a Cofins e o Simples em um imposto sobre o valor agregado (IVA) com alíquota de 12%. A segunda fase uniria o Imposto de Renda (pessoa física e jurídica), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e as contribuições previdenciárias em um imposto geral sobre a renda com alíquota de 17%. Quanto à proposta da Fiesp, prevê-se a criação de um IVA federal para substituir o IPI, ICMS, PIS, Cofins, ISS e outros impostos. Ambos os projetos enfatizam a necessidade de simplificar o sistema e de reduzir a carga tributária.

É inquestionável que o sistema atual é complexo e o peso dos impostos é elevado para o nível de renda brasileiro. Não há como discordar quanto à meta.

Porém, há um equívoco evidente ao se tratar de metas de carga de impostos no âmbito do debate tributário. Redução de carga tributária apenas pode ocorrer com a concomitante redução dos gastos públicos, e isto não é uma diretriz para um projeto de reforma dos impostos. Rever a estrutura das despesas públicas é uma ação compreendida no âmbito da reforma do Estado. A magnitude dos gastos está atrelada ao tipo e ao tamanho do poder público que a sociedade deseja.

A reforma tributária deve estabelecer como diretriz a melhoria dos padrões de incidência tributária, e aí sim torna-se possível falar em redução da carga tributária individual, já que a global é uma decisão política de uma sociedade. Dado o nível de receita determinado pelo tamanho do Estado é preciso que se amplie a base de contribuintes para se obter essa arrecadação. Neste caso, o padrão de incidência tributária é que deve ser alterado.

Vale apontar que as duas propostas de reforma tributária mencionadas acima dão seqüência a uma sucessão de projetos que evidenciam que o pensamento econômico do país encontra-se estagnado. As idéias são apresentadas tendo como base os preceitos contidos nos livros-texto de finanças públicas, úteis por seu valor heurístico, mas que devem ser relativizadas quando se pretende transformá-las de conceitos teóricos em conceitos aplicados.

A reforma tributária não pode ser concebida tendo por fundamento alguns mitos como o que endeusa os impostos so-

bre valor agregado e sataniza os tributos cumulativos. Virou uma obsessão afirmar que a solução das mazelas econômicas seria acabar com os tributos em cascata. Esta idéia fixa empobrece o debate.

Operacionalmente, o IVA funciona bem em países unitários, e quando prevalece a ética tributária. Há poucos exemplos, e praticamente todos malsucedidos, de aplicação de IVAs sob responsabilidade de governos sub-nacionais em países federativos.

Europa — Não é de hoje que as autoridades governamentais européias se preocupam com as fraudes envolvendo o IVA, adotado em 1970. A evasão de receita tem causado preocupações por conta da degradação crescente que provoca na situação fiscal dos Estados-Membros.

Desde os anos de 1990 o assunto vem ganhando destaque, e recentemente a magnitude da perda de arrecadação colocou o problema no centro dos debates naquele bloco. Estima-se que as fraudes com esse tributo cheguem a 60 bilhões de euros por ano.

A alternativa apresentada pelo Comissário para Assuntos Fiscais da União Européia, László Kovács, para combater as fraudes seria a cobrança do IVA no país de origem e não no destino. Porém,

Os principais problemas tributários no Brasil são a burocracia e a evasão fiscal. O ICMS é o imposto mais sonogado

mudar as regras atuais será uma tarefa extremamente difícil, uma vez que é preciso unanimidade entre os 25 membros da Comunidade Européia e Alemanha, Luxemburgo, Malta e Portugal já se colocaram contra a proposta.

Vale esclarecer que a proposta de Kovács não se resume a transformar o IVA-destino em IVA-origem. Segundo o Comissário, o país produtor teria que transferir a arrecadação do imposto ao membro consumidor. Hoje, o IVA europeu exige que as empresas apresentem declarações às autoridades fiscais atestando onde compraram os insumos e de onde saiu o produto final. Supõe-se que agora, pela proposta de Kovács, quem compraria teria que declarar que consumiu determinado produto e qual a sua origem. Ou

seja, a “radical” mudança anunciada por Kovács muda a forma, mas não muda o conteúdo de um sistema essencialmente declaratório e vulnerável às fraudes.

Unificar a legislação e agregar vários impostos em um único IVA pode ser uma medida frustrante, transformando-se em mera tentativa de “aperfeiçoamento do obsoleto”, como nos alertou Roberto Campos. O sistema poderia facilmente tornar-se ainda mais complexo e menos funcional que o atual. Mas apesar destas fragilidades, por aqui ainda há quem, ingenuamente, acredite ser esta a única solução para o nosso caótico sistema tributário.

Os principais problemas tributários no Brasil são a burocracia e a evasão fiscal. O ICMS, tributo parcialmente não-cumulativo, é o imposto mais sonogado do país. É um tributo declaratório, de complexa operacionalização, que não se adequa a uma economia de dimensões continentais como o Brasil, onde predominam a sonegação e fraudes de toda ordem.

O Brasil precisa reciclar sua forma de pensar os tributos e aprender com os erros de economias como a européia que não sabem o que fazer com o IVA; e prestar mais atenção aos Estados Unidos, que jamais entraram nessa aventura. ■

Atualize seu endereço e receba a revista onde preferir.



CONJUNTURA
ECONÔMICA



conjunturaeconomica@fgv.br

Informação precisa para quem precisa de informação.

Uma reflexão: indexação, inflação e juros

Durante muitos anos, a indexação “à brasileira” foi considerada uma boa idéia. Seria o fruto da nossa criatividade. Já que não conseguíamos controlar a inflação, teríamos encontrado uma forma de conviver com ela, sem que a mesma impedisse o nosso desenvolvimento. Nos últimos três anos da década de 1960 e em toda a de 1970, a economia conviveu com uma inflação crônica, mas também com crescimento acelerado. Por isso, a indexação era, em geral, bem aceita, até por observadores externos.

Exponentes da economia, como Milton Friedman, da Universidade de Chicago, teriam ficado bem impressionados com a nossa capacidade de conviver com uma inflação elevada, graças à indexação. A indexação foi considerada, por muitos anos, mais uma virtude do que um pecado da economia brasileira.

Indexação e controle da inflação — Os debates em torno da indexação procuravam responder às perguntas como: é possível controlar a inflação em uma economia indexada?, ou a política monetária teria eficácia para desacelerar o processo inflacionário em uma economia indexada como a brasileira?

O professor Mário Henrique Simonsen, em especial, produziu muitos trabalhos importantes (livros, *papers*) em torno do tema indexação *versus* inflação. No livro “Inflação: Gradualismo *versus* Tratamento de Choque”, Simonsen procurava mostrar que a indexação não impedia que a inflação pudesse ser reduzida. Apenas tornava o processo mais lento, visto que a correção monetária realimentava a inflação, segundo parâmetros proporcionais ao grau de indexação da economia. Em uma economia com elevado grau de indexação, como a brasileira, uma tentativa de redução muito rápida da inflação teria elevado custo social. Era o

Américo Vermelho



Alberto Furugem
furugem@furugem.com.br

que Simonsen chamava de tratamento de choque da inflação.

Ainda nos anos de 1970, escrevemos um trabalho (publicado na revista *Rumos*, março-abril/1977), onde procurávamos analisar a política monetária como instrumento de controle da inflação, no contexto de uma economia indexada. A pergunta central que buscávamos responder era: será possível desacelerar a inflação em uma economia indexada, como a brasileira, de então, através da política monetária?

A resposta, na nossa opinião, era de que sempre haveria “um nível” de taxa de juros (Selic) capaz de colocar a inflação em rota de desaceleração, mesmo em uma economia amplamente indexada como a brasileira. A inflação se acelerava, porque a política monetária então praticada não era consistente com o objetivo de se controlar a inflação, pois tínhamos taxas reais negativas de juros, seja nos créditos agrícolas do Banco do Brasil, seja nas operações de mercado aberto do Banco Central. A política monetária tinha, então, caráter expansionista e contribuía para acelerar o processo inflacionário e não para detê-lo.

Naquela oportunidade, em artigo no jornal *O Globo*, o eminente economista Eugênio Gudin, citando o nosso trabalho, concordava com a idéia de que “have-

ria sempre” uma taxa de juro capaz de assegurar a queda da inflação. O nosso argumento era o de que o problema se resumia em fazer a “opção política”, de se praticar um nível suficientemente elevado de juros reais, que fosse capaz de assegurar a desaceleração do processo inflacionário e “assumir seu custo”, em termos de impactos sobre o nível da atividade econômica.

O papel dos juros — A utilização da taxa de juros, pelos bancos centrais, como principal instrumento de combate à inflação, é uma prática amplamente consolidada. Sua eficácia para controlar a inflação também é incontestável. O desafio será encontrar o melhor equilíbrio entre os objetivos de se controlar a inflação e o de promover o crescimento econômico. É nessa “arte”, de conciliar os objetivos do crescimento com o do controle da inflação, que Alan Greenspan, que comandou o Fed por 18 anos, mostrou raro talento. É interessante observar, a propósito, o comportamento dos juros básicos, da inflação e o crescimento do PIB, nos Estados Unidos, nos últimos 45 anos (gráfico).

No choque petrolífero de 1973/74, a inflação chegou aos dois dígitos e o instrumento utilizado para combatê-la foi o aumento da taxa de juros pelo Fed (Banco Central norte-americano), chegando a 11,3%, em média, em 1974. A inflação cedeu, como se pôde observar. O efeito recessivo sobre a atividade econômica também ficou evidente.

Em um novo choque petrolífero de 1979/80, a inflação norte-americana chegou a ficar em dois dígitos por cerca de três anos. Mais uma vez, a elevação da taxa básica de juros pelo Fed (Paul Volcker à frente) foi o principal instrumento utilizado. O objetivo de reverter a inflação foi atingido. O impacto recessivo da elevação dos juros também foi inevitável. Isso fica muito claro, se olharmos para o gráfico.

Os preços pagos, pela economia norte-americana, em termos de desaceleração da produção e do emprego, em consequência da elevação dos juros, naquelas duas oportunidades, foram elevados, mas suportáveis, por serem transitórios. Em uma economia não indexada, como a norte-americana, o aperto monetário por um período não muito longo foi suficiente para reverter o processo inflacionário.

Sabemos que um dos efeitos colaterais do arrocho monetário nos Estados Unidos, nos primeiros anos da década de 1980, foi a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, entre os quais se encontrava o Brasil. Mas isso é outra “estória”.

O grande mal da economia — Tentativas fracassadas para se controlar a inflação, através de expedientes heterodoxos (como congelamentos de preços, tablitas, seqüestro de ativos financeiros) e, principalmente, depois que a inflação atingiu patamares extremamente elevados, nos últimos anos da década de 1980 e primeiros de 1990, a indexação já tinha deixado de ser considerada uma virtude, como ocorrera no passado, e passara a ser observada como um grande mal a ser eliminado da economia brasileira.

De fato, com a inflação já em níveis extremamente elevados (40 a 50% ao mês) e a indexação diária generalizada dos preços, deixava de ser viável a simples aplicação do arrocho monetário para se reverter a inflação. A dose de juros reais teria que ser muito elevada, o custo social seria altíssimo e os resultados, provavelmente, insatisfatórios. Era necessário conceber alguma forma eficiente de se desindexar a economia.

Acreditamos que o Plano Real, na sua concepção mais pura, pretendia uma “desindexação completa e instantânea”. Isso parecia teoricamente viável com o “emparelhamento” prévio de todos os preços pela sistemática das URVs, antes da troca do padrão monetário. Na prática, entretanto, a desindexação não foi completa, principalmente por razões de natureza política (leia-se calendário eleitoral).

Ficaram “resíduos” de indexação, como nos contratos de aluguéis. Depois vieram os contratos indexados, no programa de privatização. Além disso, o poder público não perdeu o hábito de indexar os impostos.

O desafio é encontrar o melhor equilíbrio entre os objetivos de se controlar a inflação e o de promover o crescimento econômico

O próprio setor privado resistiu e resiste em esquecer, definitivamente, a indexação. A componente “cultural” da indexação poderá, aliás, levar pelo menos uma geração para ser eliminada da cabeça dos brasileiros.

Esses resíduos de indexação parecem explicar, preponderantemente, porque o Brasil tem praticado uma das mais elevadas taxas de juros do mundo, há tanto tempo, mas a inflação, embora em queda, tenha demorado a se aproximar de níveis condizentes com a realidade predominante no cenário internacional.

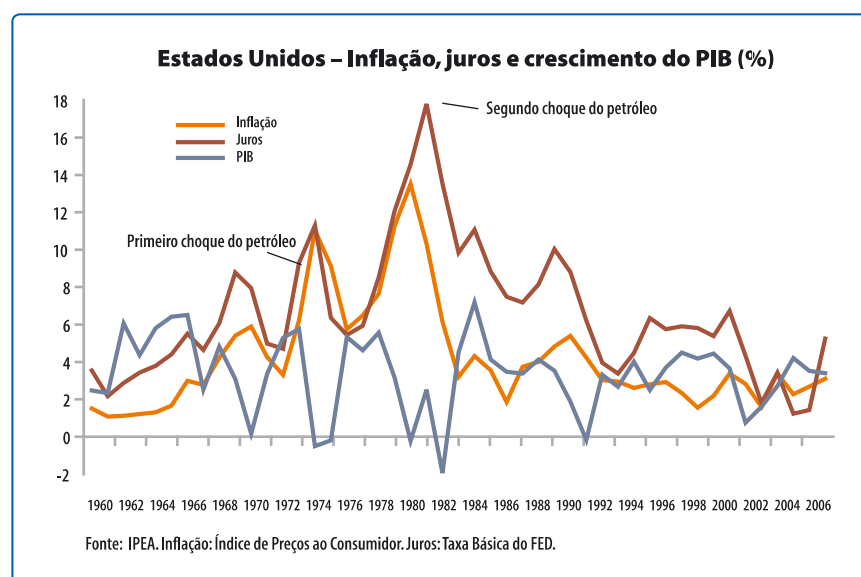
Na maioria dos países desenvolvidos, a taxa básica real de juros é muito próxima de zero e a inflação muito baixa (no máximo, 3% ao ano) e na maioria dos países emergentes a inflação é menor do que a brasileira e os juros também são bem menores (em geral, menos de 3% ao ano reais).

Isso pode se visto nos dados da tabela, que mostra a taxa básica de juros em diversos países do Mundo, nos últimos anos.

Uma política mais gradual — Qual é o mistério da economia brasileira que, aparentemente, “precisa” de um juro (10% ao ano, em termos reais ou mais) tão elevado para que a inflação se desacelere? Talvez não haja mistério. A resposta parece estar na trajetória pretendida para a desaceleração da inflação.

Já que a desindexação promovida pelo Plano Real não foi completa, por razões contratuais ou culturais, a política monetária poderia ter sido mais gradual, com menores sacrifícios para o crescimento da economia e a geração de empregos, bem como para o custo da dívida pública. A nossa taxa de juros real poderia ser mais elevada que a média dos demais países emergentes, mas, talvez, não precisasse ser tão mais elevada, como tem sido, para que a inflação permanecesse em uma trajetória consistente de desaceleração.

O Conselho Monetário Nacional parece ter fixado, nas eras Malan e Palocci, metas muito ambiciosas para a inflação, diante do processo de realimentação dos preços então ainda presentes na economia brasileira, seja por razões contratuais (caso das tarifas), seja por razões culturais (hábito de reajustar preços pela inflação passada), seja por razões políticas (o poder público sentiu-se mais à vontade para elevar os impostos em regime de maior estabilidade dos preços), ou seja por desvalorizações cambiais exa-



geradas em época de mudança de governo. O aumento dos preços internacionais das *commodities*, principalmente do petróleo, em face de um crescimento acelerado do PIB mundial, também acabou por produzir pressões inflacionárias extras, capazes de explicar uma trajetória mais gradual para a queda da inflação, mesmo na presença de juros extremamente elevados. Os juros foram muito mais altos que os necessários para se assegurar uma inflação declinante e os benefícios foram muito modestos, já que parcela substancial da inflação era “pré-contratada” pela indexação dos preços de alguns serviços. Os juros reais poderiam ter sido menores e mesmo assim a inflação seria declinante, embora em ritmo mais lento. Em compensação, o custo em termos de crescimento do PIB, geração de empregos e crescimento da dívida pública teriam sido bem menores.

Nos últimos anos, o Conselho Monetário Nacional parece não ter sido feliz na avaliação da relação “custo/benefício” para um melhor balanceamento entre os objetivos do controle da inflação e do crescimento da produção e do emprego. As perdas passadas em relação ao crescimento, entretanto, não podem ser recuperadas. São águas passadas. O risco que corremos, contudo, é a consolidação da “crença” de que o Brasil “precisa” ser muito diferente dos outros países em matéria de taxa de juros.

É hora de repensar — Cabe perguntar, nesta etapa: não está na hora de se repensar a política monetária brasileira? Se até agora a única preocupação foi o cumprimento das metas inflacionárias, o crescimento e o emprego, bem que poderiam ganhar maior prioridade a partir de agora.

Greenspan utilizou, com sucesso, a política monetária para estimular o crescimento da economia norte-americana, praticando, por algum tempo (2003/2004), até mesmo juros reais negativos, sem descuidar do controle da inflação.

Não estamos sugerindo, por ora, que a política monetária seja utilizada para “impulsionar” a economia brasileira, mas sim de fazer com que a mesma deixe de representar um “freio” ao crescimento, como tem sido há muitos anos.

Parece que, felizmente, com sua atual composição, o Conselho Monetário Nacional está abrindo caminho para a execução

O mal maior não é mais a inflação, mas o baixo crescimento, sem o que fica difícil equacionar os desafios econômicos e sociais

de uma política monetária “não restritiva”, ao fixar metas inflacionárias sensatas para os próximos três anos.

A inflação já está abaixo da meta de 4,5% fixada para o IPCA para este ano. Mesmo assim, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu para 2007 e 2008, a mesma meta de 4,5% para a variação do IPCA, com margem de tolerância de dois pontos para cima e para baixo. Isso significa que a meta será cumprida pelo Banco Central, desde que a inflação fique no intervalo entre 2,5% e 6,5%.

Como os efeitos mais sérios da indexação dos contratos de serviços públicos já foram absorvidos, parecem boas as chances de que a inflação situe-se, de forma consistente, em níveis abaixo da meta de 4,5%, mesmo que a taxa de juros continue em

queda até níveis comparáveis aos praticados em outros países emergentes.

Nos Estados Unidos e na União Monetária Européia os juros estão em elevação, mas ainda não passam de 2% ao ano em termos reais. Na maioria dos países emergentes, os juros não chegam a 3% ao ano em termos reais e a inflação está baixa e bem comportada.

Por que devemos pensar que os juros básicos reais no Brasil, que estão no patamar de 10% ao ano reais, não podem cair para níveis parecidos com o que se pratica na maioria dos demais países?

O mal maior da economia brasileira, há alguns anos, não é mais a inflação, mas o baixo crescimento, sem o que fica muito difícil equacionar os nossos principais desafios econômicos e sociais, de curto, médio e longo prazos.

O próprio ajuste fiscal, o nosso maior desafio macroeconômico, será mais viável se a economia estiver crescendo em bom ritmo. A tentativa de equilibrar as contas públicas pelo aumento da carga tributária tem sido uma constante nos últimos anos, com poucos resultados e grande sacrifício para toda a população. Apesar disso, é um filme de horror que poderá voltar a ser exibido, no próximo ano, a não ser que as prioridades da política macroeconômica sejam repensadas, de forma a colocar o crescimento como seu objetivo maior. ■

Economia mundial – taxa de juros

Países	Taxa básica de juros nominal (% anual)						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
1 – Principais países desenvolvidos							
Estados Unidos	6,50	3,70	1,80	1,20	1,60	3,50	5,25
Grã-Bretanha	6,10	5,00	4,00	3,70	4,60	4,70	4,67
Japão	0,20	0,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,25
União Monetária Européia	4,40	4,30	3,30	2,30	2,10	2,20	3,08
2 – Países emergentes							
China	5,40	na	na	na	3,00	3,40	2,80
Índia	8,87	6,63	5,43	4,24	5,27	5,64	6,38
Cingapura	2,85	2,68	0,81	0,69	1,38	3,22	3,53
Coréia do Sul	6,88	4,86	4,96	4,35	3,40	4,07	4,60
Indonésia	14,71	17,99	13,72	8,70	7,54	15,00	12,97
Malásia	3,30	3,30	3,10	3,07	2,83	3,20	3,93
Argentina	15,01	15,19	6,20	4,94	5,25	8,00	9,81
Brasil	15,75	19,00	25,00	16,50	17,75	18,00	15,25
Chile	4,70	5,29	2,76	2,64	2,52	5,28	5,04
México	17,20	13,40	8,50	7,20	7,40	9,50	7,04
Venezuela	14,90	21,00	31,30	19,60	12,93	11,50	10,15
África do Sul	14,90	9,62	13,45	7,85	7,60	7,15	7,60
Rússia	25,00	25,00	21,00	16,00	13,00	13,00	11,50
Turquia	46,00	57,00	42,00	24,00	23,20	14,77	21,09

Fontes dos dados: *The Economist*, OECD e FMI (Economic Outlook). *Até 16/07/2006.



As crises do Estado brasileiro

Claudio Conceição
do Rio

Em sua terceira edição, o Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, realizado entre os dias 31 de julho e 1º deste mês, ampliou os debates sobre a reforma gerencial do Estado brasileiro que caminha, especialmente nos níveis municipal e estadual, sem que haja, até o momento, o tão esperado choque de gestão que tais reformas deveriam trazer em seu bojo. As causas disso foram debatidas no segundo painel do Fórum, com apresentações de Claudia Costin, vice-presidente da Fundação Roberto Civita, ex-ministra da Administração Federal e Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso e ex-secretária de Cultura do Estado de São Paulo.

No painel Choque de Gestão, Claudia, no trabalho “A crise do Estado no Brasil e novos paradigmas de gestão”, defende que o Estado apresenta quatro crises que se combinam e que devem ser enfrentadas. A primeira é a fiscal que se reflete na insuficiência de poupança pública para os investimentos necessários demandados pela sociedade. Essa situação, segundo Claudia, agravou-se com o fim do governo autoritário que colocou, simultaneamente, na mesa, “todas as demandas sociais represadas e com o fim da inflação, que evidenciou os números verdadeiros do gasto público. Com uma inflação que chegou a 84% ao mês (época do governo Sarney), é fácil imaginar como, ao congelar

salários de funcionários e pagamentos a fornecedores (ou liberar lentamente, a partir de critérios onde a ética nem sempre prevaleceu), o equilíbrio orçamentário era conseguido rapidamente”. Claudia alerta que esse quadro pode se agravar drasticamente se não for equacionada a questão da Previdência Social que, com “seu gigantesco déficit atuarial”, é uma bomba de efeito retardado colocada sobre as contas públicas.

Intervenção — A segunda crise é fruto da intervenção do Estado na economia que, através do modelo de substituição de importações, barateou o custo de produção de capital, melhorou o sistema de infra-estrutura, permitindo uma industrialização mais arrojada. Esse modelo, no entanto, está em processo de exaustão em todo o mundo com a crise fiscal e a constatação de que o Estado não tem mais recursos para investir em parques industriais que requerem constantes inovações tecnológicas para se manterem competitivos, o que custa dinheiro.

Em seu trabalho, Claudia defende que “a pressa em privatizar, muitas vezes ocasionada pela absoluta impossibilidade de manter o ativo funcionando, tem levado a um desequilíbrio entre o momento da venda e a instalação de agência reguladora independente e profissionalizada em setores-chave da economia”.

A terceira crise que se abate sobre o Estado brasileiro é fruto de dois fenômenos interligados: a recente transição de um processo ditatorial para a democracia e o incipiente exercício da cidadania e controle social nas comunidades. Diz Claudia: “Até poucas décadas o país vivia sob censura de imprensa, o que dificultava o controle social, direitos humanos eram desrespeitados e o cidadão comum não tinha voz. Mas, do ponto de vista da máquina pública, um problema adicional se interpunha: toda uma geração de técnicos do governo, entre os quais me incluo, não aprendeu a negociar, desenvolvendo uma arrogância tecnocrática de quem detém o monopólio da verdade.” Ou seja: o exercício da cidadania precisa crescer, de forma a tornar os contribuintes cientes de que bons serviços são contrapartida de impostos pagos e não um favor especial. E isso se torna mais grave num contexto em que quem mais paga impostos em relação à renda é a população carente. Vivemos num país em que o gasto social vai, sobretudo, para a classe média.

O quarto e último problema apontado por Claudia em seu trabalho, “A crise do Estado no Brasil e novos paradigmas de gestão”, é exatamente aquele que se refere à gestão do Estado que perdeu seus parâmetros antigos como indutor do crescimento econômico, através do papel desempenhado pelas

estatais, praticamente todas privatizadas, que alavancaram o crescimento do país e foram fortes geradoras de emprego. Um novo modelo de gestão deve ser costurado.

Recuperar o tempo perdido — O painel, “A idéia de nação como condição de desenvolvimento”, avaliou o desenvolvimento dos países quando contam com uma nação capaz de formular uma estratégia de desenvolvimento. O Brasil já teve essa capacidade, mas a perdeu nos últimos 20 anos. É possível recuperá-la? É possível que empresários, trabalhadores e técnicos do governo voltem a se aliar para competir internacionalmente? É o que pretendeu mostrar o embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, em seu trabalho que deu nome ao painel.

Ao se reportar a uma época passada, a era getulista-juscelinista entre as décadas de 1930 e fins da de 1950, quando houve um consenso majoritário ao redor de um projeto industrializador, com forte presença do Estado até na produção direta, “embora já então os principais representantes do pensamento econômico ortodoxo ou neoclássico, simbolizados na figura emblemática de Eugênio Gudin, divergissem acentuadamente de tal projeto”, Ricupero explica que o problema agora não é tanto que nos falte um projeto nacional, “mas sim que andamos confusos e perdidos entre dois projetos tipo alternativos e excludentes: o estabilizador e o desenvolvimentista”.

O ex-ministro defende que a única aliança entre empresários, técnicos do governo e trabalhadores que existe no país é a que sustenta a 12 anos o programa estabilizador. “Esta coalizão reúne os técnicos do governo na área econômico-financeira — Banco Central, Ministério da Fazenda, menos monolítico desde a substituição do ministro Palocci —, com o poderoso setor de bancos e serviços, bolsas, corretoras, tanto do país quanto do exterior.”

Ao dizer que não irá descrever os detalhes do projeto nacional implícito na política favorecida pela aliança majoritária, mas enumerar alguns de seus

objetivos centrais, como aprofundar a inserção financeira internacional, manter a âncora cambial e juros reais de dois dígitos como blindagem contra o retorno da instabilidade monetária, entre outros, Ricupero defende que “é esse o projeto homogêneo e seu poder de sobrevivência não deve ser subestimado”. Afinal, afirma, resistiu à crise quase mortal de 1998-99, superou o teste das eleições que entregaram o governo ao partido que antes lhe era hostil e emergiu dessa prova mais vigoroso, tanto na radicalização de certos componentes, como a política de juros, o aumento do superávit primário, quanto na conquista de base político-partidária ampliada à anterior oposição de centro-esquerda.

O embaixador ressalta que “a discussão pública entre estabilizadores e desenvolvimentistas, desde o tempo do governo Fernando Henrique Cardoso, acumulou estoque enorme de propostas alternativas, às vezes em apreciável grau de detalhamento e especificidade. Quem não se lembra de quanto se discutiu, em 2003, sobre a modernização da política industrial. Ao que me consta, os resultados de todo esse esforço continuam disponíveis, sendo mais aconselhável resgatá-los no que conservam de utilizável do que refazer esse caminho desde o começo”.

Câmbio e desenvolvimento — O quarto painel debateu a questão do câmbio atrelado ao desenvolvimento econômico. O trabalho do professor Paulo Gala, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, “Política cambial na América Latina e Leste e Sudeste asiático: uma análise comparada”, mostra que a grande diferença entre as duas regiões estaria no regime de comércio adotado e na administração da taxa de câmbio.

Para Gala, enquanto a América Latina se concentrou num processo de substituição de importações voltado para o mercado interno com forte viés e apreciações cambiais, os asiáticos perseguiram um programa de estímulo às exportações, com práticas constantes de câmbio reais competitivos.

Em seu estudo, o professor da FGV destaca que “a explicação para a supe-

Para Ricupero, não falta um projeto nacional, “mas andamos confusos e perdidos entre dois projetos: estabilizador e desenvolvimentista”

rioridade do ajuste asiático em relação à crise da dívida estaria, portanto, na existência de um amplo e dinâmico setor de bens comercializáveis, capaz de gerar recursos necessários para pagar a dívida externa. A diferença entre essas duas regiões aparece claramente na comparação das exportações sobre a dívida externa no início dos anos de 1980. Indonésia, Coréia do Sul, Malásia e Tailândia apresentavam uma média ponderada de 0,821, em 1981, contra uma média de 2,715 para Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela no mesmo ano”.

Para Gala, os estudos mostram uma tendência recorrente de ciclos de apreciação na América Latina e depreciações na Ásia, especialmente após o final dos anos de 1970. Enquanto os primeiros passaram por vários ciclos de sobrevalorização cambial, como o já conhecido populismo econômico das décadas de 1970 e 1980 e com os planos de estabilização dos anos de 1990, os países asiáticos concentraram-se na sua estratégia de estímulo permanente ao setor exportador, evitando fortes apreciações cambiais.

O 3º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, coordenado pelo professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, foi dividido em quatro grandes painéis. No primeiro discutiu-se a nova política macroeconômica em face da proximidade das eleições presidenciais. Haverá mudanças de rumo na economia brasileira, com a adoção de uma política mais branda de controle da taxa de juros? O segundo painel tratou do choque de gestão. E os dois últimos sobre a “Idéia de nação como condição de desenvolvimento” e a “Política cambial como instrumento de desenvolvimento”. ▀

Joaquim Falcão*Diretor da Escola de Direito/FGV e
membro do Conselho Nacional de Justiça
(jfalcao@fgv.br)*

Judiciário: independência e gestão

O que ameaça hoje em dia a independência do Judiciário? O Poder Executivo? O Poder Legislativo? Os militares? Acredito que não. Nunca, na história do Brasil, o Poder Judiciário foi tão forte e independente. Mesmo quando o Supremo tomou decisões contrárias aos interesses da Presidência e do Congresso, como aconteceu recentemente, a resposta tem sido uma só: obediência.

E, no entanto, nunca o Judiciário foi tão criticado pela sociedade. Recente pesquisa realizada em São Paulo indica que, para a opinião pública, o principal responsável pela violência que ocorre por lá é justamente o Judiciário. Como explicar este aparente paradoxo: tanta independência e tanta crítica?

A resposta pode ser inferida da oportuna pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados de Pernambuco, coordenada pelos professores Luciano Oliveira e Ernani Carvalho. A resposta é, no fundo, um desafio: como aumentar a eficiência da gestão interna do Poder Judiciário de Pernambuco? Como evitar o desperdício? Como substituir práticas personalistas por práticas mensuráveis mais objetivamente? A pesquisa mostra que os juízes trabalham mais de oito horas por dia e mais de 50% ainda levam trabalho para casa. Mesmo assim, o acúmulo de processos é enorme.

Dois indicadores evidenciam a toda prova que o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está diante de um desafio gerencial: segundo a pesquisa, os juízes não tiveram formação em gestão, mas reconhecem precisar dela para gerir suas varas, suas turmas, seu tribunal. Cerca de 77% gostariam de participar de cursos de aperfeiçoamento em gestão. Além disso, a comunicação interna parece ser deficiente: 75% dos juizes nunca foram consultados pela mesa diretora do TJPE sobre suas necessidades de trabalho. Apenas 25% se reúnem com seus funcionários para aperfeiçoar as rotinas. Não é por menos que Margarida Cantarelli está realizando no Ceará curso de aperfeiçoamento em gestão para os juízes federais. Cerca de 67% dos juízes acreditam que os serventuários estão insatisfeitos

com seu trabalho — seja por questões salariais, seja pela ausência de políticas de recursos humanos.

O outro indicador não está na pesquisa, mas é de fácil constatação. Uma instituição com a complexidade de um Tribunal, que gere milhões de reais e tem milhares de funcionários, não poderia dispensar hoje o apoio de consultorias especializadas em gestão. Como o Supremo, aliás, já tem feito. Sem formação e consultorias não se ganha o desafio da eficiência.

Este desafio necessita da adoção de, pelo menos, uma ou duas medidas importantes. Antes de tudo, é importante implantar uma cultura judicial gerencial. O que não se obtém de um dia para o outro. As providências são múltiplas. Uma primeira seria reverter os critérios pessoais pelo da impessoalidade. Os juízes, por exemplo, reconhecem que julgam não de acordo com uma ordem objetiva de chegada dos processos, mas pelo pedido que vem do advogado, do amigo, ou da autoridade. Reconhecem também (96%) que a designação do magistrado para sua primeira comarca deve atender à ordem de classificação no concurso. O que não ocorre. Critérios outros interferem e prevalecem. Neste mesmo diapasão, a maioria dos juízes acredita que funcionários parentes não funcionam com a agilidade dos funcionários não parentes, reforçando assim a decisão do Conselho Nacional de Justiça de proibir o nepotismo.

Esta pesquisa teve a resposta de 43% dos magistrados da ativa em Pernambuco — um índice altamente significativo, raro em qualquer pesquisa do gênero, e que demonstra, por si só, a disposição destes juízes de colaborar, esclarecer, diagnosticar e reivindicar uma melhor gestão do TJPE. Infelizmente, deste total, só quatro desembargadores responderam ao questionário. O que pode demonstrar uma atitude mais fechada e isolacionista, menos aberta a inovações. Não é por menos que se acentua em todo o Brasil, e cada vez mais, uma crise de sintonia entre desembargadores e juízes, com prejuízo direto para a legitimidade da representatividade daqueles em relação a estes. 